

ACESSO AO ENSINO SUPERIOR COMO PROCESSO FUNDAMENTAL PARA TRANSFORMAÇÃO DA VIDA DO EGRESSO DO ENSINO MÉDIO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Sandra Valéria Cavalcanti¹
Universidad Autónoma de Asunción - PY
sandravaleria.triid@hotmail.com

Márcia Cristina Araújo Lustrosa Silva²
Universidad Colúmbia Del Paraguay – PY
marciaclustrosa@hotmail.com

Resumo: O conhecimento acadêmico é um processo de aprendizagem crescente que há muitos séculos emerge para a evolução do mundo. Os temas correlatos, isolados na espacialidade e contemporaneidade, gradativamente reunidos, analisados, davam lugar a superficialidade dos primeiros tratados em detrimento do ostracismo destes. Foram se configurando os pilares de uma das mais imprescindíveis estruturas de seguridade, sustentação e evolução da civilização humana, em todos os aspectos. O conhecimento acadêmico prosseguiu galgando uma capacidade volumétrica, seguida de nuances profundas que, em momento histórico, justificaram o nascimento das academias, predominantemente focadas nas manifestações artístico-literárias. Com a evolução técnico-científica, possibilitaram experimentos, descobertas que contribuíram para que o conhecimento acadêmico migrasse para outras áreas do conhecimento, surgindo instituições acadêmicas especializadas. À medida que se verificava o aumento da complexidade dos saberes, a necessidade de gerenciamento surgia. Com o transcorrer dos séculos a academia acabou gerando demandas para si mesmas à medida que os resultados de suas atividades alimentavam transformações da sociedade, como também suas tendências, culminando com a premente necessidade de acompanhamento dos cursos, para aprimorar as técnicas de gerenciamento dessas instituições. Ainda nos tempos de hoje, as modernas e abrangentes técnicas de gestão do ensino superior são ‘relegadas a um patamar de cuidados aquém da seriedade que deveriam ser tratadas. Alguns aspectos pontuam a pauta de gestão do ensino superior (captação de alunos, evasão, perfil dos egressos, sucesso), a experiência e perícia didática dos docentes. Os processos de acesso e produção de saberes não se apresentam estáticas, demandas surgem: acompanhamento de alunos, professores, manutenção. Em Pernambuco, os programas *PROUPE* e o *PE no CAMPUS*, se relacionam com a vida acadêmica dos discentes, surgidos para estimular os alunos do Ensino Médio a iniciarem a vida acadêmica, entrosando os níveis de ensino, possibilitando o ingresso, a conclusão do curso superior e a contribuição para o desenvolvimento do estado.

Palavras-chave: Ensino Superior, Gestão, Acompanhamento Pedagógico.

¹ Doutoranda em Ciências da Educação

² Doutoranda em Ciências da Educação

Abstract: The academic knowledge is a growing learning process that has emerged for many centuries for the evolution of the world. The related themes, isolated in the spatiality and contemporaneity, gradually collected, analyzed, gave place to superficiality of the first treaties to the detriment of the ostracism of these. They were if configuring the pillars of one of the most indispensable sureness structures, sustentation and evolution of the human civilization, in all of the aspects. The academic knowledge continued jumping over a capacity better, following by deep nuances that, in historical moment, they justified the birth of the academies, predominantly focused in the artistic-literary manifestations. With the technician-scientific evolution, they made possible experiments, discoveries that contributed so that the academic knowledge migrated for other areas of the knowledge, appearing specialized academic institutions. As if it verified the increase of the complexity of the you know, the administration need appeared. With elapsing of the centuries the academy it ended up generating demands for themselves as the results of their activities fed transformations of the society, as well as their tendencies, culminating with the pressing need of attendance of the courses, to perfect the techniques of administration of those institutions. Still in the times today, the modern and including techniques of administration of the higher education are relegated her/it on this side a landing of cares of the seriousness that you/they should be treated. Some aspects punctuate the line of administration of the higher education (students' reception, escape, profile of the exits, success). the experience and the teachers' didactic expertise. The access processes and production of you know if they don't present statics, demands appear: students' attendance, teachers, maintenance. In Pernambuco, the programs PROUPE and the PE in the CAMPUS, they link with the academic life of the students, appeared to stimulate the students of the Medium Teaching begin her/it the academic life, gearing the teaching levels, making possible the entrance, the conclusion of the university and the contribution for the development of the state.

Keywords: Higher Education, Management, Pedagogical Accompaniment.

1 - Introdução

No contexto educacional dos dias atuais, os desafios da educação no Brasil tornam-se abrangentes. A elevação dos índices e a qualidade do ensino ofertado nas escolas públicas é um processo que exige não apenas planejamento, mas também implicam uma reordenação de todos os aspectos que circundam a produção do saber.

Diante das grandes transformações pela qual a educação vem passando, no que tange reformulações da legislação educacional passamos a refletir: como os Programas Governamentais e suas propostas de alinhamento na área educacional ajudarão estudantes na formação profissional e ingresso nas Universidades proporcionando garantias equitativas de vida para as gerações futuras?

Este estudo traz uma análise da importância da inserção das políticas públicas educacionais na gestão do Ensino Superior principalmente a respeito do aluno egresso do Ensino Médio da rede estadual de educação do Estado de Pernambuco - Brasil. O artigo: **Acesso ao Ensino Superior como Processo Fundamental para Transformação da Vida do Egresso do Ensino Médio no Estado De Pernambuco** é antes de tudo uma reflexão sobre o percurso e ingresso de alunos do ensino médio nas Universidades e principalmente os desafios que os mesmos encontram na transição ensino médio e curso superior.

Com o objetivo de analisar o perfil do aluno egresso, a participação das Escolas Públicas na continuidade dos estudos discentes rumo à educação superior, bem como as propostas governamentais e os incentivos das Universidades numa perspectiva formativa e de qualidade de ensino, serão abordadas os processos e efeitos decorrentes da implantação do Programa Universidade para Todos em Pernambuco – PROUPE e Programa de Acesso ao Ensino Superior – PE no CAMPUS.

A pesquisa foi realizada em duas escolas da rede pública estadual nos municípios de Palmares e São José da Coroa Grande localizados na região das Zonas da Mata Sul e Litoral Sul do Estado de Pernambuco. Como instrumento de investigação houve a realização de entrevistas e em atendimento ao objetivo geral desta pesquisa, para favorecer uma análise mais precisa das respostas e uma maior proximidade com a realidade dos participantes fora aplicado também questionários com perguntas fechadas, direcionado a discentes egressos do Ensino Médio e Gestores Escolares.

O crescente apoio aos programas e projetos que incentivem a Educação Superior, diante da necessidade da sociedade e até mesmo dos mercados de trabalhos, nos permite refletir o papel das Universidades nos processos formativos como espaços de autonomia, criação e recriação onde o planejamento está em constante ebulição entre desafios e demandas com os compromissos sociais.

Nestas concepções, analisamos os dados fornecidos pelos entrevistados, buscando compreender a partir do ensino / aprendizagem dos alunos egressos do ensino médio, o compromisso, as competências e habilidades que as Universidades estão aptas a desenvolver em seus alunos, bem como os processos e os efeitos da educação superior na vida dos jovens.

O tema é relevante pelo fato de que a Educação Superior Contemporânea traz para a atualidade inúmeras discussões. Segundo Sobrinho:

Discutir a universidade, procurar entender suas redes de relações internas e externas, compreende-las como a tessitura de processos sociais e públicos que se fundamentam na sua dimensão pedagógica é uma tarefa que precisa ser permanentemente enfrentada e renovada. A universidade não só deve buscar construir uma imagem razoavelmente unitária da sociedade, mas também de si mesma. (SOBRINHO, 2005, p.15).

Através da discussão dos pressupostos que constituem os marcos legais da educação brasileira como a Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 pretende-se através desta pesquisa ampliar o conhecimento educacional buscando compreendê-lo por intermédio dos Programas de incentivo a Educação Superior no Estado de Pernambuco – Brasil.

Amparados pela Lei 14.430 que institui o Programa Universidade para Todos em Pernambuco - PROUPE e Lei 16.272 que estabelece as normas para o Programa de Acesso ao Ensino Superior – PE no Campus, destacaremos os instrumentos normativos e progressivos que vem ampliando o acesso à educação superior e a melhoria do ensino nas diversas áreas de conhecimento.

2 - Fundamentação Teórica

Diferentemente das Colônias Inglesas e Espanholas na América, o Brasil teve sua iniciação na Educação Superior um pouco tardia, apenas em 1920 foi criada a primeira Universidade do país a partir da unificação de três Faculdades, conforme destaca o Decreto nº14.343/20, “Art. 1º Ficam reunidas em Universidades do Rio de Janeiro, a Escola Polytechica do Rio de Janeiro, a Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro”. (BRASIL, 1920, p.1).

Na trajetória Histórica da Educação Superior no Brasil percebe-se que esta, mesmo antes da existência de uma Universidade era restrita à elite brasileira, apenas estudantes concluintes dos colégios reais (colégios jesuítas) poderiam ingressar no Ensino Superior em Coimbra – Portugal. Segundo Anísio Teixeira (1968) a resistência de criação de universidades no Brasil “parece paradoxal” uma vez que:

Não houve no Brasil universidades no período colonial. Com a transmigração da Família Real, criam-se as duas primeiras escolas de Medicina, vinte anos depois as faculdades de Direito, depois uma faculdade de Minas e Mineralogia; a de Engenharia veio com a Academia Militar Durante todo o período monárquico nada menos que 42 projetos de universidade são apresentados, desde o de José Bonifácio até o último, que é o de Rui Barbosa, em mil oitocentos e oitenta e tantos, e sempre o govêrno e parlamento os recusam. Vim a encontrar no Congresso de Educação que se realizou no Brasil, em 1882, presidido pelo Conde D’Eu, ao qual o Imperador deu extraordinária importância, um discurso em que um dos Conselheiros - o Conselheiro Almeida - faz uma longa catilinária contra a universidade. Tôda sua argumentação gira em tórno da universidade medieval. Alega que "a universidade é uma coisa obsoleta e o Brasil, como País nôvo, não pode querer voltar atrás para constituir a universidade; deve manter suas escolas especiais, porque o ensino tem de entrar em fase de especialização profunda; a velha universidade não pode ser restabelecida. (TEIXEIRA, 1968, p. 25).

A Educação Superior, conforme aponta Romanelli (1984, p.113), durante muitos anos foi substituída pelo Ensino Profissionalizante e Ensino Secundário, sendo este último com maior percentual de matrículas entre os anos de 1935 a 1970.

Conforme Cunha (1989):

Mas, se aumentavam as oportunidades de escolarização no ensino de 2º grau, pela criação de novas escolas e pela ampliação das vagas nas existentes, elas não tinham todas os mesmos currículos (embora tivessem disciplinas comuns), nem ofereciam ensino de mesma qualidade, nem, ainda, recebiam estudantes de idêntica formação prévia e motivação. (CUNHA, 1989, P.83)

O Governo brasileiro buscando diminuir as tensões políticas e pressões do povo, paulatinamente num processo lento, através de diversas Leis, apontadas por Cunha (1989, p. 82) como “Leis da equivalência”, Leis que precederam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN/1996, iniciando a reforma educacional na tentativa de estabelecer a expansão do ensino superior.

Conforme tabela abaixo, destacaremos algumas Leis que precederam a LDBEN/1996 e que de certa forma deram início ao acesso ao ensino superior:

Legislação

LEI	EMENTAS
lei 1.076/50	Assegura aos estudantes que concluírem curso de primeiro ciclo do ensino comercial, industrial ou agrícola, o direito à matrícula nos cursos clássico e científico e dá outras providências.
1.821/53	Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de graus médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores.
decreto 34.330/53	Regulamenta a lei 1.821/53
Lei 4.024/61	Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Fonte: Elaboração da autora (2018).

O Brasil no ano de 1945 possuía apenas cinco universidades, a Universidade do Rio de Janeiro; a Universidade de Minas Gerais; a Universidade do Rio Grande do Sul; a Universidade de São Paulo e a Pontífice Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC

Ainda de acordo com Cunha (1989):

Os certificados de conclusão da escola de 2º grau permitissem inscrição nos concursos vestibulares de quaisquer cursos superiores, como veio acontecer depois de 1961, as chances de aprovação estavam desigualmente distribuídas. Estas chances eram menores para os egressos das escolas comerciais do que para os das escolas secundárias, onde o currículo estava todo voltado para a continuação dos estudos; as chances eram ainda menores quando o curso comercial era feito no período noturno, de duração mais curta, pouco ‘exigente’ com estudantes menos predispostos às práticas acadêmicas (CUNHA, 1989: p.83).

Pimenta e Anastasiou (2002, p. 23) destacam que “universidades pautam-se em uma perspectiva formativa, emancipatória e em diálogo constante com a sociedade”, perspectiva esta que entendemos ser abrangente com possibilidades igualitárias, o que no contexto da prática comparando ao que foi exposto por Cunha, o acesso ao ensino superior por parte dos alunos egressos do Ensino médio, teve um início onde prevalece a desigualdade de acesso e de interesses.

A criação de Universidades Federais entre os anos de 1950 e 1960 e posteriormente de diversas instituições privadas, confere ao Brasil o processo de expansão e reforma universitária, aumentando as vagas para o ensino superior e consequentemente um olhar diferenciado sobre a qualidade do ensino-aprendizagem dos alunos do ensino médio.

Descrever a educação superior no Brasil é fazer uma retrospectiva da evolução educacional, entendendo que no contexto da prática onde “se opera as transformações mais significativas na política original”, discentes, docentes, gestores dentre outros profissionais da educação “são agentes” que através de suas “experiências, valores, propósitos e interesses” (Bowe et al, 1992 apud Mainardes, 2006, p.53) contribuem diretamente no processo de interpretação e reformulação das políticas educacionais.

Durante muitas décadas, no estado de Pernambuco, as instituições de ensino superior polarizaram-se na capital do estado (Recife). Isso derivava-se do fato de que, no interior do estado, havia pouca ou quase nenhuma demanda por esta modalidade de

ensino, haja vista da baixa parcela da população apta a ingressa-la.

Foi a partir da Carta Magna de 1988 e, posteriormente da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), que se vivenciou a concretização da universalização do ensino médio no interior do estado de Pernambuco. E isso representou uma grande conquista, que foi imediatamente reconhecida por essas populações que, de alguma forma, sentiram-se vistas e reconhecidas.

Atualmente, nas áreas interioranas do estado de Pernambuco, é comum ouvir algumas pessoas afirmarem que “tem os estudos completos”, fazendo alusão à conclusão do ensino médio.

Nesse ínterim, várias cidades polos do vasto interior do território do estado de Pernambuco, optaram por criar Autarquias de Ensino Superior (mapa 01), como via de possibilitar a continuidade do processo de construção da vida acadêmica de milhares de jovens que haviam cursado apenas o ensino médio. Ainda assim muitos ainda ficavam à margem do processo por conta do cenário socioeconômico regional e até nacional, principalmente na Zona da Mata Sul que, desde o desmantelamento dos principais grupos industriais do setor sucroalcooleiro, transformou-se numa grande zona de expulsão de populações.

Foi somente a partir de 2007, com a expansão dos investimentos em bolsas estudantis e a expansão das universidades públicas federais e estaduais para o interior, através de polos (campus), que presenciamos, atualmente, os estágios embrionários da universalização do ensino superior.

2.1 - Programa Acesso ao Ensino Superior – PE no Campus

Com a finalidade de melhorar as condições de acesso à universidade dos estudantes egressos do ensino médio público no estado de Pernambuco, foi lançado em 2017 o Programa de Acesso ao Ensino Superior – PE no Campus instituído pela Lei 16.272/2017. O PE no Campus concede, através de processo seletivo, bolsas de auxílio financeiro mensalmente ao longo de dois anos, sendo no primeiro ano de graduação ofertada bolsa no valor de R\$ 950,00 e segundo ano R\$400,00.

Como requisito para participar do PE no Campus o aluno egresso da Rede Estadual de Ensino deverá ter concluído integralmente o Ensino Médio até / após cinco anos, obter maiores notas no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM ou no exame Sistema Seriado de Avaliação – SSA, ser proveniente de família com renda inferior a dois salários mínimos com domicílio em cidades distantes a mais de 50 km da Universidade Pública Estadual ou Federal que ingressarem.

Em janeiro de 2018 o PE no Campus ofertou mil bolsas de estudo numa iniciativa de apoiar e incentivar estudantes a concluírem o Ensino Médio e ingressarem no Ensino superior, o que de certa forma, conforme nossa pesquisa vem fortalecendo a educação pública no Estado de Pernambuco, tendo em vista a ampla concorrência de escolha por parte dos estudantes pelo sistema integral de ensino, conforme apontam dados do Sistema de Informação de Pernambuco – SIEPE.

No percurso desta pesquisa a percepção que obtivemos sobre o Programa Acesso ao Ensino Superior – PE no Campus foi que os esforços no desenvolvimento do sistema de ensino culminam por contribuir com os avanços educacionais e de certo modo com o progresso do Estado de Pernambuco, uma vez que a educação é o foco, surge à garantia de melhorias educacionais e a oportunidade dos jovens ingressarem no Ensino Superior e posteriormente no mercado de trabalho.

Nesse contexto, conforme destaca Mainardes (2006), passamos a refletir sobre o processo de inserção de Programas de inclusão na Educação Superior como sendo um processo de ciclo contínuo, onde as políticas públicas educacionais são iniciadas, as ideias são formuladas e os conceitos ganham legitimidade na prática.

Mapa de Autarquias de Ensino Superior



Mapa 01: Autarquias de Ensino Superior no Estado de Pernambuco.

Fonte: ASSESPE. Extraído de: <http://www.assespe.org.br/?url=autarquias> em 14/07/2018 às 15:49h.

2.2 - Programa Universidade para Todos em Pernambuco - PROPUPE

Com o passar do tempo evidenciou-se que criação de instituições de ensino superior, distribuídas de forma quase homogênea, no interior do estado (com destaque para as Autarquias Municipais de Ensino Superior), ainda não era suficiente para assegurar o acesso a essa modalidade de ensino, por parte dos estratos sociais economicamente menos favorecidos, em decorrências das dinâmicas econômicas específicas de cada região do estado.

No sentido de ir ao encontro dessa demanda, em 1976 o governo federal criou o Programa de Crédito Estudantil (PCE), que era pouco abrangente, pouco inclusivo e apresentava grandes limitações orçamentárias.

A partir de 2010 o PCE foi substituído pelo atual Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). Apresentando uma maior alocação de recursos, com juros a taxas inferiores à SELIC (que é a referência de taxas de juros para o sistema financeiro nacional). Ampliou-se com este último o teto para financiamento de cursos superiores (até R\$ 7.000,00). Em 2014 26% dos alunos matriculados no ensino superior eram beneficiários do FIES, dentro de um orçamento federal de cerca de R\$ 13 bilhões.

Já em 2011, o governo do estado de Pernambuco instituiu o Programa Universidade para Todos em Pernambuco (PROUPE), instituído pela Lei nº 14.430, de 30 de setembro de 2011. Apresentando moldes similares ao FIES, mas limitado ao

território estadual e apenas a discentes matriculados nas Autarquias de Ensino Superior de Pernambuco.

A Lei prevê dois tipos de bolsas:

- De R\$ 245,00;
- E de R\$ 135,00.

Inicialmente privilegiando algumas áreas do conhecimento como: Matemática, Física, Química, Biologia e afins (cursos para formação de docentes), Engenharias, Informática e Estatística e cursos de Tecnólogo nessas áreas do conhecimento. Um dos critérios para acesso ao programa é não ter diploma de ensino superior ou obter outra formação superior relacionada a alguma licenciatura regulamentada em lei.

Para os alunos egressos do ensino médio o critério para acesso, além de matrícula em autarquias de ensino superior em curso citado em lei, há uma outra exigência que é obter nota mínima de 350 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM (critério válido até 2018, a partir de 2019 a pontuação mínima será de 450 pontos, não sendo permitido o ingresso àqueles que não conseguirem pontuar na redação do referido exame).

O PROUPE veio preencher algumas lacunas ainda existentes e complementar ações desenvolvidas pelo governo federal.

Sua importância está embasada na equalização das históricas diferenças e polarização do poder econômico que, durante séculos vem fazendo a balança dos direitos civilizatórios penderem apenas para um dos lados – o lado das classes sociais mais favorecidas. As classes sociais que detinham o poder de aquisição de comprar ou locar e manter suas proles na capital do estado e para a perpetuação das carreiras acadêmicas.

Apesar de tão recentes já são visíveis os impactos de programas com esse perfil. A sociedade está caminhando para a aquisição de competências significativas que a emanciparão dos resquícios da marginalização a que estava submetida a décadas.

Os nossos adolescentes e jovens encontram-se mais motivados a se empenhar em seus estudos visto que agora têm a possibilidade concreta de perpetuarem seus estudos. Isso resulta na radical transformação do perfil de nossa sociedade, colaborando para a estruturação de uma sociedade mais intelectualizada, predisposta a revolucionar a economia do estado estando prontificada a enfrentar os novos desafios da contemporaneidade e voltada para a valorização da vida acadêmica. Isso sem mencionar os impactos indiretos advindos dos investimentos em desenvolvimento social: queda nos índices de criminalidade, redução da natalidade, qualificação e emancipação da mulher, diversas outras melhorias na qualidade de vida das pessoas.

3 - Metodologia

Esta pesquisa busca analisar o acesso ao ensino superior por parte dos alunos egressos do ensino médio de escolas públicas da rede estadual de ensino do Estado de Pernambuco nas universidades, refletindo a importância dos Programas: Programa Universidade para Todos em Pernambuco PROUPE e Programa de Acesso ao Ensino Superior PE no Campus.

A metodologia de pesquisa foi a quantitativa com a finalidade de observando as condições de ofertas por parte dos Programas citados, bem como as inter-relações que permeiam a Escola, sendo esta a principal mediadora desde o acesso de informações à preparação de discentes para ingresso ao ensino superior.

A pesquisa constituiu-se na aplicação de questionários com perguntas fechadas, direcionado a dois gestores e vinte alunos concluintes do ensino médio entre os anos 2015 e 2017 de duas escolas públicas da rede estadual de ensino, localizadas nas regiões da Zona da Mata Sul e Litoral Sul do Estado de Pernambuco.

A zona da Mata Sul e Litoral Sul do estado de Pernambuco estão localizadas na Microrregião da Mata Meridional Pernambucana composta por 21 municípios, microrregião 190, Zona 07, tendo seus limites com as microrregiões 04, 06, 09 e 10 e com o Estado de Alagoas e Oceano Atlântico, conforme Mapa 02 a seguir. A economia da Zona da Mata e Litoral Sul é composta pela plantação de cana-de-açúcar, agriculturas diversificadas e turismo no Litoral.



Mapa 02: Mapa de Microrregiões do Estado de Pernambuco.

Fonte: extraído de: <http://www.educacao.pe.gov.br/porta1/?pag=1&men=77>, em 14/07/2018 às 15:49h.

Os dois questionários aplicados, um para Gestor e outro para aluno, contém oito questões cada e fora aplicado entre os meses de março e abril de 2018.

O questionário do aluno aplicado a vinte alunos foi composto pelas seguintes questões: Principal motivo do aluno do Ensino Médio não ingressar no Ensino Superior; Conhece Programas de incentivo do Governo de Pernambuco, através da Secretaria Estadual de Educação; Qual a área pretende seguir; Renda da família; Avaliação do Programa PE no Campus; Avaliação do Programa PROUPE;/ PE no Campus As ações propostas pela Escola direcionam os estudantes a dar continuidade aos estudos; sobre a importância da família na Escola. Quantas vezes sua família compareceu durante o ano.

Enquanto o questionário do Gestor, aplicado a dois gestores, foi composto pelas questões: Participação dos alunos no ENEM, a Escola incentiva; Há repasse de informações sobre incentivos da Secretaria Estadual para Programas do Governo; Nos últimos anos, vem crescendo a participação dos alunos no ENEM; Em 2017 qual o percentual de alunos dos 3º anos do Ensino Médio que ingressaram no Ensino Superior; Qual área de conhecimento escolhida pelo aluno; Qual o tipo de Instituição do Ensino Superior que o aluno optou; Que ações a Escola oferece para o aluno dar continuidade aos estudos após Ensino Médio; A Escola propõe ações de fortalecimento da aprendizagem com a participação da família.

As respostas obtidas pelos questionários foram analisadas, tabuladas em percentuais e convertidas em gráficos para fundamentar melhor as análises e trazer diferentes interpretações sobre o acesso do aluno egresso do ensino médio ao ensino superior.

4- Análise e discussão dos resultados

As entrevistas informais e a aplicação, coleta e análise dos resultados dos questionários aplicados, nos forneceu uma visão mais esclarecedora a respeito de algumas dinâmicas que permeiam o processo de encaminhamento dos alunos egressos do ensino médio no ensino superior.

Devemos considerar que vários e complexos fatores confluem e interferem de forma positiva ou negativa na determinação do nível de sucesso acadêmico dos jovens egressos das escolas públicas.

Em nossa pesquisa até mesmo algumas questões de ordem familiar foram levadas em consideração (participação dos pais/responsáveis, renda familiar).

O gráfico abaixo fornece dados coletados a partir da questão número oito, que indagou a respeito da frequência com que os pais/responsáveis visitam a escola no intuito de acompanhar o processo de ensino-aprendizagem de seus filhos. Quando perguntados quantas vezes seus pais/responsáveis compareceram à escola no último ano letivo do ensino médio, obtivemos um gráfico com as seguintes porcentagens:

Comparecimento da família na escola

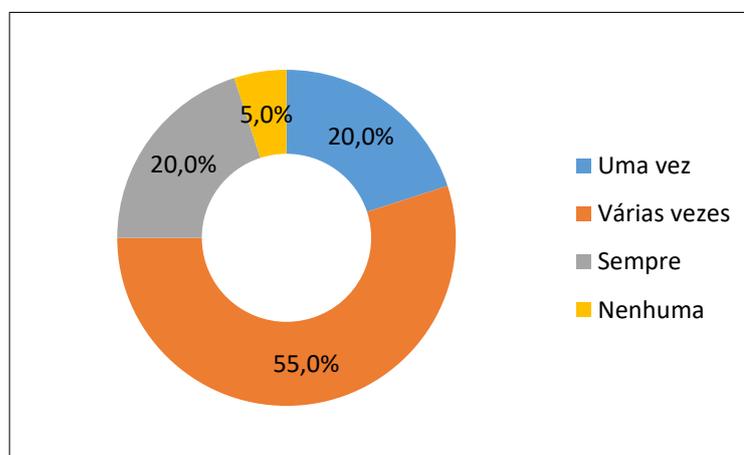


Gráfico 01: Comparecimento da família na escola

Fonte: Questionário da pesquisa. Elaboração da autora, 2018.

Visualizando esse gráfico evidenciamos que a maior parte das famílias está manifestando atenção com relação ao acompanhamento da aprendizagem de seus filhos (55%). Vemos ainda que temos alunos que não possuem esse tipo de assistência por parte de suas famílias. O papel da família não pode, em hipótese nenhuma, ser posto em um patamar inferior. Embora estejam diretamente ligados ao processo de ensino-aprendizagem, são eles que estão comprometidos na elaboração de estratégias que viabilizem o sucesso acadêmico de seus filhos (transporte, alimentação, habitação – caso haja necessidade de morar em outro lugar etc).

A quarta questão do questionário aborda o nível de renda do público das escolas pesquisadas.

Renda divulgada pelos alunos

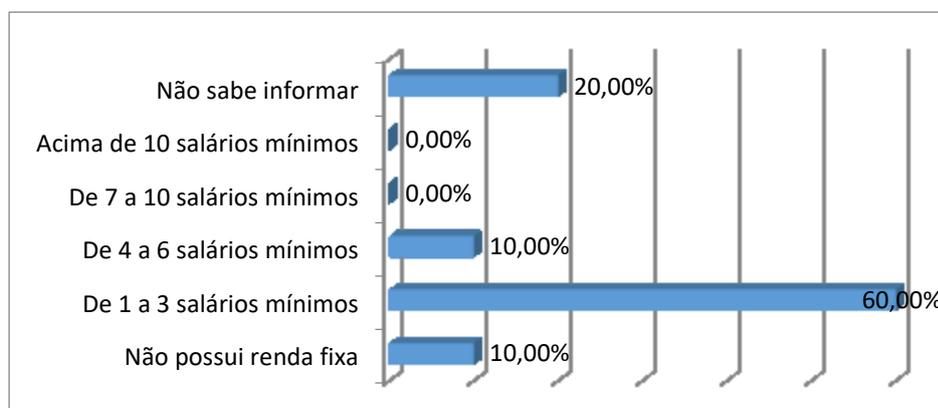


Gráfico 02: Renda divulgada pelos alunos entrevistados

Fonte: Questionário da pesquisa. Elaboração da autora, 2018.

Observa-se pelo gráfico acima que a renda familiar apesar de ser um percentual razoável ainda precisa oferecer subsídios expressivos que atendam por completo aos aspectos inerentes as necessidades econômicas.

É de fundamental importância que os discentes tomem ciência das alternativas que lhes são colocadas à disposição para que deem sequência à sua formação acadêmica. É preciso que a Secretaria Estadual de Educação mantenha uma via aberta de comunicação com as unidades de ensino, informando-as a respeito de seus programas e projetos de estímulo ao ingresso no ensino superior para alunos egressos do ensino médio.

Na segunda questão do questionário foi indagado se os alunos conhecem os programas de incentivo mantidos pelo governo do estado de Pernambuco através de sua Secretaria de Educação. Com base nas respostas obtivemos o seguinte gráfico.

Conhece os programas de incentivo do governo

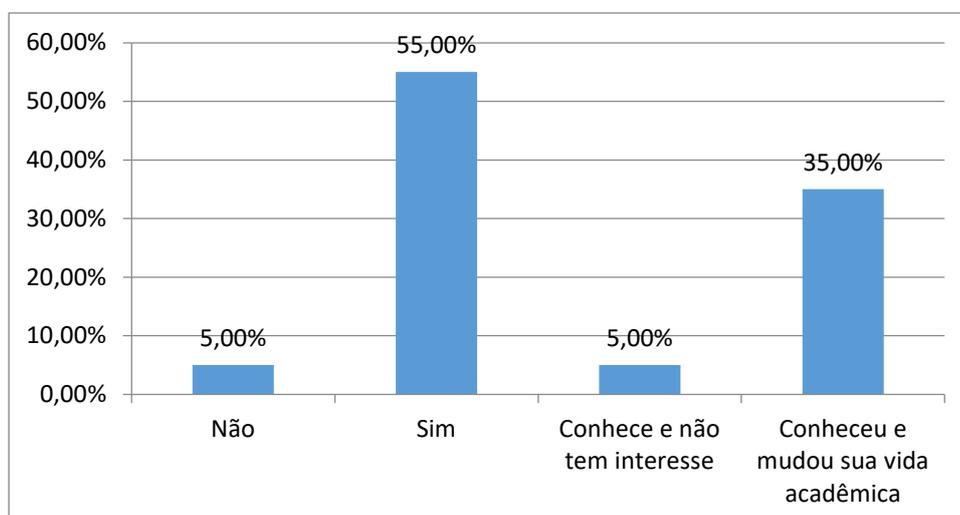


Gráfico 03: Conhece os programas do governo do estado de Pernambuco para ingresso no ensino superior

Fonte: Questionário da pesquisa. Elaboração da autora, 2018.

Percebe-se que a pesquisa não expõe a consolidação das questões na ordem em que foram aplicadas, pois estabelecemos uma ordem lógica: o acompanhamento familiar; a renda e o conhecimento dos programas de governo para estimular o acesso ao ensino superior, conforme itens 2.1 e 2,2 acima descritos.

Na sequência, disponibilizamos o gráfico construído a partir da questão número sete do questionário anexo. Questão 7: As ações propostas pela Escola direcionam os estudantes a dar continuidade aos estudos? Podemos ver que a maioria absoluta dos estudantes perceberam que a escola dava ênfase a importância da continuidade dos estudos.

Estímulo da escola para a continuidade dos estudos

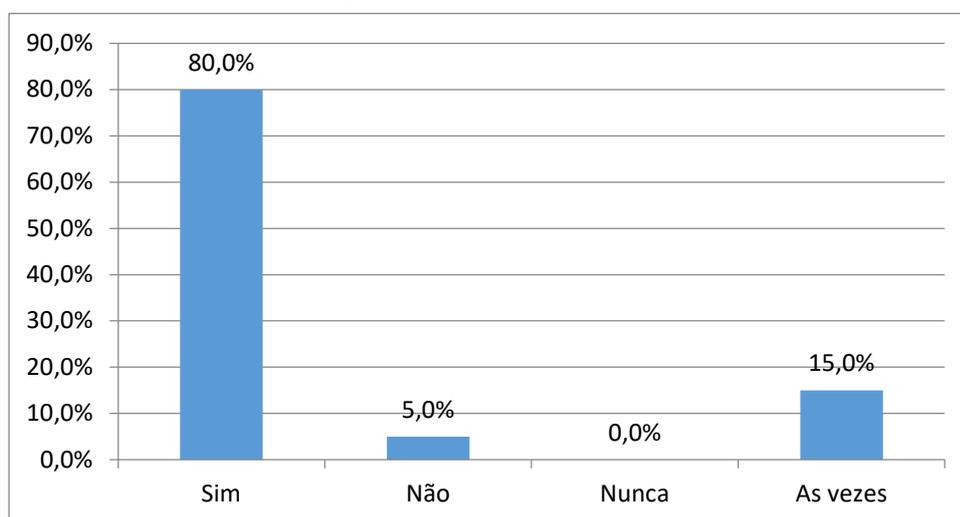


Gráfico 04: Sentem-se estimulados pela escola a continuarem a estudar

Fonte: Questionário da pesquisa. Elaboração da autora, 2018.

Os gestores escolares, através do questionário aplicado, afirmaram que as unidades de ensino, em vários momentos do ano letivo promovem atividades tanto de estímulo à continuidade da vida acadêmica quanto de preparação para os exames externos de avaliação. Isso está evidenciado no gráfico 03, onde constatamos que 35% dos alunos egressos do ensino médio tiveram suas vidas acadêmicas transformadas pelos programas de governo analisados em nossa pesquisa. Esse índice também reflete o posicionamento da escola e suas estratégias para a qualificação dos alunos.

5- Considerações Finais

Apesar dos municípios de nossa região compartilharem uma fisionomia socioeconômica, algumas nuances permitem que verifiquemos fatores que interferem na elevação dos índices de aprendizagem no ensino médio e conseqüentemente o distanciamento do aluno egresso ao ensino superior.

De forma geral vê-se a manutenção do êxodo humano decorrente da decadência do setor sucroalcooleiro, do qual a séculos a economia regional dependia. E hoje, a região que outrora fora a mais próspera do estado de Pernambuco, encontra-se em uma fase de transição econômica. Todo esse cenário produz um mosaico de situações que interferem no cotidiano escolar de nossa região e que por sua vez refletem na busca por resoluções de problemas.

Observamos que a sociedade como um todo nos obriga a rever sempre os currículos. Até porque as gerações estão em constante evolução, tecnológica, socioeconômica, dentre outros. Esse processo faz com que nossos profissionais em educação precisem se reciclar nas novas formas de educação, considerando o ensino-aprendizagem na formação dos alunos do ensino médio e sua preparação para ingresso no ensino superior.

As propostas curriculares devem se alinhar a aprendizagem do aluno, uma vez que existe a necessidade de um olhar específico, minucioso para que as práticas escolares, principalmente no ensino médio, foquem em ações visando o ensino superior dos alunos, considerando a realidade social da comunidade em que os mesmos estão inseridos.

Na análise dos resultados obtidos, encontramos fatores que explicam o porquê de alguns municípios alcançarem melhores resultados que outros, mesmo comungando da mesma realidade. Observamos escolas que atendem a comunidades repletas de profundas carências, obtendo resultados melhores que outras unidades de ensino que recebem um público com menos problemas sociais.

Durante esta pesquisa, surgiram elementos que justificam o aprofundamento do tema e começam a atrair nossas atenções. Foi então que verificamos que estes elementos continham a chave para alguns questionamentos importantes, não só porque representavam a compreensão dos fatos, mas, também, porque diversas ações exitosas no contexto escolar nos fazem compor um leque de opções que podem ser compatíveis com a resolução de problemas de outras situações em outros cenários educacionais.

Percebemos que alguns detalhes especialmente convergiam para a obtenção do êxito nos resultados de algumas escolas, cujos problemas enfrentados não permitiam a formulação de perspectivas favoráveis.

Diante dessas questões começamos a formular estudos e hipóteses que conjugassem a culminância das conclusões com nossa autonomia, possibilitando tirar do papel nosso poder de ação como um ente do Estado, almejando a ascensão do status da educação na Zona da Mata Sul e Litoral Sul do Estado de Pernambuco.

Nesse horizonte de entendimentos, nossos olhares foram direcionados para atitudes alternativas adotadas por alguns gestores escolares. Pela postura de cumplicidade entre coordenadores escolares e seu corpo docente. Por docentes que entenderam seu papel e resignaram-se a cumpri-lo mesmo estando cercados de tantas adversidades. Por adolescentes e jovens e familiares que tiveram a convicção de que a formação escolar deve estar no topo de suas prioridades mais imediatas.

Juntos escolas, famílias e programas de governo alinham-se para construção de um horizonte em que há perspectivas reais de se promover profundas e importantes alterações em um histórico cenário socioeconômico em que muitas gerações tiveram suas necessidades negligenciadas, particularmente com relação à educação. Hoje nossos estudantes podem esboçar seus futuros acadêmicos graças às várias alternativas que se vislumbram para um futuro próximo e promissor.

A visão que temos hoje é a de que essa batalha talvez nunca tenha fim, mas também temos a consciência de que não está perdida e de que, com esforços combinados, as adversidades tornam-se mais amenas.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. dos (et al.). **Políticas públicas e gestão local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Central de Concursos; Rio de Janeiro: Degrau Cultural, 2008.

CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade crítica: o ensino superior na república populista**. 2ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves: 1989.

BRASIL. **Lei 1.076/1950**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1076-31-marco-1950-363480-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 25 junho 2018.

BRASIL. **Lei 1.821/53**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1821-12-marco-1953-366631-norma-pl.html>>. Acesso em: 25 junho 2018.

BRASIL. **Decreto Nº 34.330/53**. Disponível em: <<http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/viwTodos/1125CBBDFCC6AB8F032569FA004BC4A9?OpenDocument&HIGHLIGHT=1>>. Acesso em: 20 junho 2018.

BRASIL. **Lei 4.024/61**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 25 junho 2018.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais**. Educ. Soc., Campinas, vol.27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.ppgp.caedufjf.net/mod/resource/view.php?id=2390>>. Acesso em 21 out. 2013.

PIMENTA, Selma Garrido e ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SOBRINHO, José Dias. Universidades: processos de socialização e processos pedagógicos. In: SOBRINHO, José Dias, BALZAN, Newton César (Org). **Avaliação institucional**: teoria e experiências. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

TEIXEIRA, Anísio. Uma perspectiva da educação superior no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v.50, n.111, jul./set. 1968. p.21-82.

Anexos
Questionário - Aluno

1 – Principal motivo do aluno do Ensino Médio não ingressar no Ensino Superior:

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Falta de interesse | <input type="checkbox"/> Sem estímulo |
| <input type="checkbox"/> Sem condições financeiras | <input type="checkbox"/> Precisa trabalhar para acrescer a renda da família |

2 – Conhece Programas de incentivo do Governo de Pernambuco, através da Secretaria Estadual de Educação?

- | | |
|------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> Não | <input type="checkbox"/> Conhece e não tem interesse |
| <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Conheceu e mudou sua vida acadêmica |

3 – Qual a área pretende seguir?

- | | |
|---|---------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Ciências da natureza / humanas | <input type="checkbox"/> Exatas |
| <input type="checkbox"/> Linguagens e Códigos | <input type="checkbox"/> Outras |

4 – Renda da família:

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Não possui renda fixa | <input type="checkbox"/> De 7 a 10 salários mínimos |
| <input type="checkbox"/> De 1 a 3 salários mínimos | <input type="checkbox"/> Acima de 10 salários mínimos |
| <input type="checkbox"/> De 4 a 6 salários mínimos | <input type="checkbox"/> Não sabe informar |

5 – Avaliação do Programa PE no Campus:

- | | |
|---|--------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Ruim / péssimo | <input type="checkbox"/> Bom / Ótimo |
| <input type="checkbox"/> Regular | <input type="checkbox"/> Não opinou |

6 – Avaliação do Programa PROUPE / PE no Campus:

- | | | | |
|--------------------------|----------------|--------------------------|-------------|
| <input type="checkbox"/> | Ruim / péssimo | <input type="checkbox"/> | Bom / Ótimo |
| <input type="checkbox"/> | Regular | <input type="checkbox"/> | Não opinou |

7 - As ações propostas pela Escola direcionam os estudantes a dar continuidade aos estudos?

- | | | | |
|--------------------------|-----|--------------------------|----------|
| <input type="checkbox"/> | Sim | <input type="checkbox"/> | Nunca |
| <input type="checkbox"/> | Não | <input type="checkbox"/> | As vezes |

8 – Sobre a importância da família na Escola. Quantas vezes sua família compareceu durante o ano?

- | | | | |
|--------------------------|--------------|--------------------------|---------|
| <input type="checkbox"/> | Uma vez | <input type="checkbox"/> | Sempre |
| <input type="checkbox"/> | Várias vezes | <input type="checkbox"/> | Nenhuma |

Questionário - Gestor

1 – Participação dos alunos no ENEM, a Escola incentiva?

Sim

Nunca

Não

As vezes

2 – Há repasse de informações sobre incentivos da Secretaria Estadual para Programas do Governo?

Não

Nunca

Sim

As vezes

3 – Nos últimos anos, vem crescendo a participação dos alunos no ENEM?

Sim

Não sabe

Não

Não opinou

4 – Em 2017 qual o percentual de alunos dos 3º anos do Ensino Médio que ingressaram no Ensino Superior?

0% a 25%

51% a 75%

26% a 50%

76% a 100%

5 – Qual área de conhecimento escolhida pelo aluno?

Ciências da natureza / humanas

Exatas

Linguagens e Códigos

Outras

6 – Qual o tipo de Instituição do Ensino Superior que o aluno optou?

Público

Privado

7 – Que ações a Escola oferece para o aluno dar continuidade aos estudos após Ensino Médio:

Palestras

Acesso a sites específicos /
acompanhamento

Incentivo ao mercado de
trabalho

Parcerias Escola / Comunidade
Escolar

8 – A Escola propõe ações de fortalecimento da aprendizagem com a participação da família?

Não

Nunca

Sim

As vezes